

35º Encontro Anual da Anpocs

GT 06 – Desigualdade e Estratificação Social

A nova classe média para além da renda

Hebe de Souza Oliveira

No Brasil, tem se apontado a emergência de uma *nova classe média* como um dos mais expressivos fenômenos sociais dos últimos anos. As explicações recorrentes para a ascensão de cerca de 40 milhões de pessoas a partir de 2003 (FGV, 2011) têm sido múltiplas e abarcam a estabilização da moeda, a retomada do crescimento econômico vivido pelo país, a ampliação do crédito às famílias, a valorização do salário-mínimo e índices crescentes de empregos formais.

Pesquisas recentes mostram a diminuição da pobreza e um aumento contingencial da população brasileira situada na classe C nos últimos anos¹. Nesse contexto, foi resgatado o termo *nova classe média*, cunhado por Wright Mills em livro homônimo no qual o autor refere-se à ascensão de uma classe composta por trabalhadores não-manuais em decorrência da expansão do capitalismo norte-americano na década de 50.

Na última década, documentos² de organismos e instituições internacionais também apontam a mesma perspectiva de aumento quantitativo da classe média em outros países em desenvolvimento, tais como Índia e China, o que chamam de classe média global.

Entusiasmadas com este novo contingente de consumidores, as empresas têm feito esforços para tentar identificar e compreender quem é esta nova classe e o que desejam essas pessoas na tentativa de criar estratégias eficientes para atingir o novo mercado que se apresenta. Há, inclusive, consultorias de mercado especializadas neste público *emergente*.

A imprensa também tem investido no assunto, uma vez que nos últimos anos tem publicado e veiculado diversas matérias abordando o perfil do consumidor da chamada *nova classe média* e das possibilidades de mercado para este público. São reportagens que abordam os tipos de imóveis feitos pelas

¹ Segundo estudo recente do IPEA, podemos observar, entre 2003 e 2008, uma queda, respectivamente de 26,5% e de 48,3% do número absoluto da população classificada como pobre (renda per capita inferior a ½ salário mínimo) e indigentes (renda per capita inferior a ¼ salário mínimo). Por outro lado, pesquisa da FGV sobre a ascensão da denominada *Nova Classe Média* aponta para um aumento contingencial da população situada na classe C (renda domiciliar mensal entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174), que, em 2011, passou a representar 55% da população brasileira, treze pontos percentuais acima dos 42% registrados em 2004.

² Estudo recente do Banco Mundial, *Global Economic Prospects – Managing the Next Wave of Globalization* – afirma que até 2030, aproximadamente 800 milhões de pessoas entrarão na classe média global entre 2005 e 2030, principalmente, na Índia e na China.

construtoras para esta faixa de renda, assim como a criação de linhas populares de empresas de diversos setores, como cosméticos, móveis e até revistas.

Contudo, a discussão acadêmica sobre esta nova classe média³ ainda tem sido incipiente, assim como o debate sobre a pertinência do conceito de classe social perante as múltiplas identidades possibilitadas pela Modernidade.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é mapear os conceitos clássicos de classe social a fim de contribuir para a reflexão do fenômeno da nova classe média. Dessa forma, serão apresentados os conceitos de classe de Karl Marx e Max Weber, assim como o conceito de classe de Bourdieu. Cabe ressaltar que a explicitação desses conceitos priorizará a observação de seu tratamento quanto à possibilidade de subjetivação da classe pelos atores sociais.

Como a classe situa-se apenas como uma dentre as identidades sociais possíveis, também será abordada a discussão conduzida por Zygmunt Bauman quanto à precariedade da identidade na modernidade líquida.

Este trabalho se insere no contexto de pesquisa de minha dissertação de mestrado que busca compreender de que maneira os indivíduos inicialmente identificados como *nova classe média*, pelo fato de se localizarem em uma determinada faixa de renda, estão se relacionando com esta identidade que lhes têm sido atribuída.

Classe e consciência de classe em Marx

Marx fez a primeira elaboração teórica do conceito de classe, no entanto, o autor não chegou a explicitar sua definição de classe, ficando esta interrompida em *O Capital*.

O autor trata o conceito de classe em dois níveis, como análise teórica e como formação social. Na análise teórica, Marx concebe a existência do

³ Entre as poucas publicações existentes sobre o tema estão as edições eletrônicas das pesquisas quantitativas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas, sob coordenação do economista Marcelo Neri, que resgatou o termo nova classe média; uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria aos sociólogos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier que resultou no livro *A Classe Média Brasileira _ Ambições, valores e projetos de sociedade*; a obra *Lulismo - Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média*, do sociólogo Rudá Ricci, que relaciona a análise da nova classe média ao fenômeno político cunhado de *Lulismo*; e, mais recentemente, uma pesquisa qualitativa acadêmica que trata da nova classe média como nova classe trabalhadora, coordenada pelo sociólogo Jessé Souza.

modo de produção capitalista em estado puro onde as classes se reduzem à burguesia e ao proletariado, respectivamente, à contradição entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, em um modelo dicotômico. Contudo, as sociedades históricas não apresentam um modo de produção puro, mas uma combinação de elementos de modos de produção anteriores, de modos de produção preponderantes e elementos que antecipam modos de produzir que ainda irão se efetivar. (Bobbio, 2000).

Desta maneira, Marx denominou de formação social a presença contemporânea de diversos modos de produção em uma mesma sociedade. Nesta análise histórica, há pluralidade de classes e de frações de classe e o antagonismo dominante entre as classes se articulará em vários antagonismos particulares que podem suscitar diversas combinações de alianças entre as classes e frações de classe. (Bobbio, 2000)

Portanto, devido a esses diferentes níveis de análise, em alguns momentos, Marx se refere a classes antagônicas e em outros à pluralidade de classes como em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. É preciso observar que, independente do nível de análise, “toda classe será definida pelas relações que a ligam às outras classes, dependendo tais relações das diversas posições que as classes ocupam no processo produtivo. As classes constituem por isso um sistema de relações em que cada classe pressupõe a existência de outra, ou de outras; não pode haver burguesia sem proletariado, e vice-versa”. (Bobbio, 2000)

Em *O 18 Brumário*, Marx faz uma análise histórica das classes e fornece indicativos de sua conceituação:

“Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, *mas sem estabelecer relações multiformes entre si*. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo,

nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que o intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção”. (Marx, 1969)

Neste trecho, o autor indica que a ausência das relações produtivas entre os camponeses implica em *nenhuma riqueza de relações sociais* e, portanto, na inexistência de interesses comuns entre eles.

Desta forma, vemos que, para Marx, classe remete a uma relação com os meios de produção, relação esta que varia conforme a posição ocupada pela classe no processo produtivo. Assim, o interesse de cada classe varia conforme a posição ocupada pela classe na produção e se contrapõe aos interesses das outras classes. No modo de produção capitalista, essa divergência de interesses é observada na oposição entre burguesia e proletariado, uma vez que a vantagem da burguesia - o lucro - é a desvantagem do proletariado.

Entretanto, para que a classe se constitua plenamente, para que ela se torne classe para si, é preciso que o interesse de classe, o interesse daqueles que ocupam a mesma posição no processo produtivo, se configure em uma organização política. Para Marx, é apenas no plano político que os indivíduos de uma classe reconhecem a comunidade de seus interesses e tomam consciência do antagonismo entre seus interesses e os da classe oposta.

É preciso observar que para o antagonismo econômico assumir um significado político e a classe se tornar *classe para si*, o conflito entre o proletariado e a burguesia precisa se generalizar para além de uma fábrica e se tornar o conflito entre todos os capitalistas e todos os trabalhadores:

“(...) O momento de agregação, mediante a organização política dos interesses de todos aqueles que foram colocados pelo processo produtivo na mesma posição de domínio ou de subordinação, é o momento verdadeiramente constitutivo da Classe.” (Bobbio, 2000)

Portanto, para Marx, a identidade de interesses no âmbito econômico não basta para constituir uma classe. É preciso que esses interesses comuns gerem uma comunidade, uma associação ou uma organização política, para que a classe realmente se constitua, para que exista uma consciência de classe.

Em um artigo da obra *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, ao analisar porque a Revolução Alemã de 1848 foi rapidamente contida, Marx oferece outro exemplo de sua concepção de classe ao explicar como a falta de um interesse que agregasse as classes revolucionárias culminou no desmembramento político alemão e na derrocada da revolução.

“(...) Quando interesses tão diversificados, tão conflitantes, tão estranhamente se entrecruzando, são levados a uma colisão violenta; quando esses interesses conflitantes, em cada município, em cada província, são combinados em diversas proporções; (...) que mais se pode esperar se não que a contenda por si só se dilua numa massa de lutas desconexas, nas quais uma enorme quantidade de sangue, energia e capital é despendida, mas que, por tudo isso, continua sem qualquer resultado decisivo?” (Marx, 1996)

Nota-se que é necessária a existência da classe objetiva para que exista a possibilidade de se articular uma consciência de classe. No entanto, a consciência de classe não decorre das condições objetivas, esta é apenas uma condição necessária, porém, não suficiente. A consciência de classe não se institui de forma mecânica, ela pressupõe a existência do sujeito e de que esse sujeito se reconheça subjetivamente como pertencente à determinada classe.

Entretanto, Marx não tratou claramente sobre como a *classe em si* vai se tornar *classe para si*, ou seja, sobre como a situação objetiva da classe pode efetivamente gerar a situação subjetiva da classe, que é a consciência de classe. Desta forma, recorreremos a outros autores que desenvolveram esta questão.

Para o historiador marxista Edward Thompson, a consciência de classe decorre de como as experiências de classe são tratadas em termos culturais:

(...) “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram _ ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (...) A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (Thompson, 1987)

Gayatri Spivak (2010) argumenta em prol da descontinuidade entre interesse e desejo como propulsores da ação dos sujeitos oprimidos e estende sua análise ao agenciamento de classe. A autora propõe a noção de ideologia de forma a superar a hegemonia do desejo como mobilizadora para a ação. Esta análise é feita no contexto em que Spivak discute como determinadas críticas radicais produzidas pelo Ocidente sobre o contexto pós-colonial são, segundo ela, resultado do desejo em manter o Ocidente como sujeito do conhecimento. A autora elabora essa perspectiva considerando o texto *Os Intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*, sobre o qual argumenta que “a tão difundida crítica ao sujeito soberano realmente inaugura um Sujeito”. (Spivak, 2010)

Spivak indica que, apesar de Foucault e Deleuze se colocarem como críticos do sujeito soberano, eles negam a existência da ideologia e em seu lugar instauram a hegemonia do desejo no sujeito. Desta forma, a autora aponta que esses autores propõem uma valorização não questionada do oprimido como sujeito, na medida em que afirmam: “as massas sabem perfeitamente bem, claramente (...) eles sabem muito mais do que [o intelectual] e certamente o dizem muito bem”. (Foucault apud Spivak, 2010)

Segundo Spivak, ao refutar o conceito de ideologia por considerá-lo esquemático, esses filósofos se vêem obrigados a produzir uma relação mecânica entre o interesse e o desejo no sujeito, tal como nota-se na seguinte afirmação: “Nunca desejamos o que vai contra nossos interesses, porque o

interesse sempre segue e se encontra onde o desejo está localizado”. (Foucault apud Spivak, 2010)

A autora afirma que ao negar a existência da ideologia enquanto operadora de significados nos sujeitos, Foucault e Deleuze tornam o desejo e o interesse indissociados e propõem a hegemonia do desejo no sujeito. Segundo Spivak, como esses filósofos concebem o desejo em um modelo ortodoxo, este se opõe unitariamente à ideologia, *a ser enganado*. E em nome do desejo, Spivak indica que Deleuze e Foucault introduzem novamente um sujeito indivisível, indiferenciado, no discurso do poder, resgatando assim o sujeito soberano a que se diziam críticos.

Ao instituírem a idéia de que o oprimido pode sim falar por ele mesmo, sem a mediação do intelectual e até melhor do que este, a autora acusa Deleuze e Foucault de praticarem um realismo representacionista e, assim, de auxiliarem o empirismo positivista, uma vez que não se considera a ideologia na fala desse sujeito.

Com o objetivo de contrapor esta negação da ideologia, Spivak analisa o já citado trecho de *O 18 Brumário* no qual Marx trata sobre o fato de os camponeses franceses não se constituírem uma classe. A autora argumenta que a consciência de classe não ocorre a partir do desejo e do interesse dos agentes, mas que carece da ideologia para se efetivar:

“(…) O agenciamento de classe pleno (se tal coisa existisse) não é uma transformação ideológica ao nível básico da consciência, uma identidade desejante dos agentes e de seu interesse. É uma substituição contestadora, assim como uma apropriação de algo que é ‘artificial’, para começar – ‘as condições econômicas de existência que separam seu modo de vida’. As formulações de Marx mostram um cauteloso respeito pela recente crítica do agenciamento subjetivo individual e coletivo. Os projetos de consciência de classe e de transformação da consciência são assuntos descontínuos para ele. Por outro lado, invocações contemporâneas da ‘economia libidinal’ e do desejo como interesse determinante, combinados com a prática política dos oprimidos [sob o capital socializado] que ‘falam por si mesmos’, restauram a categoria do sujeito soberano no cerne da teoria que mais parece questioná-la.” (Spivak, 2010)

Para a autora, Marx não trabalhou para criar um sujeito indivisível, em que interesse e desejo coincidissem. “A consciência de classe não opera com esse objetivo. Tanto na área econômica (capitalista) quanto na política (agente histórico-mundial), Marx é compelido a construir modelos de um sujeito dividido

e deslocado cujas partes não são contínuas nem coerentes entre si”. (Spivak, 2010).

Neste sentido, entende-se que o projeto marxista de consciência de classe seria o de articulação política em torno do interesse de classe, que tem origem no plano econômico. No entanto, para que a consciência de classe possa se constituir é preciso que o sujeito se reconheça como pertencente à classe, o que carece do desejo, como explicita Spivak. Contudo, é preciso ressaltar que o interesse de classe não gera por si só o desejo em prol da transformação da consciência de classe.

Classe para Max Weber

Weber concebe a sociedade em esferas com lógicas particulares de funcionamento, tais como a esfera econômica, a social, a política, a cultural, a jurídica, entre outras. É preciso observar que, para o autor, o agente individual é a unidade de análise sociológica e é o único ator capaz de conferir sentido às suas ações.

Weber entende que a distribuição de poder dentro de uma comunidade ocorre a partir das classes, dos estamentos e dos partidos. Assim, o poder pode assumir a forma de riqueza, de distinção ou de poder político. No entanto, o autor afirma que as classes não são comunidades e que representam apenas fundamentos possíveis de uma ação social.

Para o autor, o conceito de classe se refere à existência de certo número de pessoas que tem em comum um componente causal representado, exclusivamente, por interesses econômicos e em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho.

“(…) “É o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando a troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas. (...) A ‘propriedade’ e a falta de ‘propriedade’ são, portanto, as categorias fundamentais de todas as situações de classe quer se efetivem na luta de preços quer na luta de concorrência. Dentro dessas últimas, as situações de classe diferenciam-se conforme a

natureza da propriedade aproveitável para fins aquisitivos, por um lado, e dos serviços que podem ser oferecidos no mercado, por outro.” (Weber, 1999)

Portanto, segundo Weber, a oportunidade no mercado é o condicionador comum do destino dos indivíduos de uma classe. Desta forma, a situação de classe significa, em última instância, situação de mercado.

Para o autor, a igualdade na situação de classe não implica na existência de um interesse de classe único. Weber considera o interesse de classe multívoco e afirma que “mesmo com igual situação de classe e igualdade em todas as demais circunstâncias, a direção em que, por exemplo, um trabalhador individual provavelmente perseguirá seus interesses pode ser muito diversa, conforme, por exemplo, sua qualificação para o serviço em questão, em virtude de sua aptidão natural”. (Weber, 1999)

Neste sentido, a situação de classe para Weber não implica, necessariamente, na articulação de um interesse de classe capaz de gerar uma ação social. Segundo o autor, a existência do interesse de classe depende se tenha se desenvolvido ou não uma ação social ou relação associativa a partir da mesma classe.

“(…) não é, de modo algum, um fenômeno universal o desenvolvimento de uma relação associativa ou, pelo menos, de uma ação social a partir de uma situação de classe comum. Pelo contrário, seu efeito pode limitar-se à produção de uma reação essencialmente homogênea, isto é, uma *ação de massas*, ou nem sequer ter esta conseqüência.” (Weber, 1999)

Para o autor, as possibilidades para que uma ação de massas possa vir a gerar uma ação social ou, eventualmente, uma relação associativa, estão ligadas a “condições culturais gerais, especialmente de natureza intelectual, e ao grau dos contrastes surgidos, particularmente à transparência da conexão entre as causas e as conseqüências da situação de classe. Segundo todas as experiências, nem uma diferenciação muito forte das oportunidades de vida, como tal, produz uma ação de classe (ação social dos membros de uma classe).” (Weber, 1999)

Weber afirma que a condicionalidade e o efeito da situação de classe devem ser claramente reconhecíveis para que os contrastes das oportunidades

de vida possam ser sentidos pelos indivíduos como algo resultante da distribuição da propriedade ou da estrutura da ordem econômica. Apenas com a clareza desses contrastes seria possível existir relações associativas racionais e não protestos intermitentes:

“Toda classe pode, portanto, ser portadora de uma ação de classe, possível em inúmeras formas diferentes, mas não o é, necessariamente; em todo caso, ela mesma não constitui uma comunidade, e leva a distorções tratá-la como conceitualmente equivalente à comunidade. E a circunstância de que pessoas na mesma situação de classe costumam reagir, diante de situações tão sensíveis quanto as econômicas, como uma ação de massas no sentido em média mais adequado a seus interesses – fato tão importante para a compreensão de acontecimentos históricos quanto, no fundo, muito simples – não deve, de modo algum, conduzir àquela espécie de operações pseudocientíficas com o conceito de ‘classe’, de ‘interesse de classe’, que é muito costumeira hoje em dia e encontrou sua expressão clássica na afirmação de um escritor de talento, segundo a qual o indivíduo pode enganar-se quanto a seus interesses, mas a ‘classe’ é ‘infallível’ quanto aos dela”. (Weber, 1999)

Segundo Weber, as classes não são comunidades em si, no entanto, o autor afirma que as situações de classe surgem somente a partir de relações comunitárias, cuja ação social tenha origem entre membros de classes diferentes.

Com o objetivo de tratar de grupos cuja conduta não é orientada por interesses estritamente econômicos, Weber propôs o conceito de estamentos. Ao contrário das classes, os estamentos são comunidades, ainda que frequentemente de natureza amorfa, como esclarece o autor.

“(…) compreendemos por situação estamental aquele componente típico do destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou negativa, da honra, vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas.” (Weber, 1999)

A honra estamental pode combinar-se a uma situação de classe e, neste sentido, a propriedade pode adquirir também significação estamental. No entanto, em regra, a honra estamental se opõe à lógica da mera propriedade, tanto que possuidores e não-possuidores podem pertencer ao mesmo estamento.

Como a honra estamental exige uma condução específica de vida, Weber ressalta que a situação de classe é decisiva para a formação de estamentos, na medida em que possibilita economicamente a condução de uma vida estamental adequada.

“(…) Praticamente considerada, a diferenciação estamental coincide, por toda parte, com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais e materiais, na forma que já conhecemos como típica. Ao lado da honra estamental específica, que sempre se baseia em distância e exclusividade, e ao lado de vantagens honoríficas – como o privilégio de usar determinados trajes, de comer determinados alimentos proibidos aos outros por um tabu, o privilégio de usar armas, o direito de praticar determinadas artes, não como profissional, mas como diletante – existem monopólios materiais de todas as espécies. Precisamente, estes contribuem, por sua natureza, com os motivos mais eficazes para a exclusividade estamental, ainda que raramente sejam sua fonte única.” (Weber, 1999)

Desta forma, ao exigir uma condução da vida específica a todos que querem integrar o estamento, a honra estamental torna-os portadores de suas convenções, o que implica no fato de a estilização da vida ser sempre de origem estamental ou estamentalmente conservada, segundo Weber.

Entre as convenções estamentais das camadas mais privilegiadas, o autor indica que há traços típicos, como a desqualificação estamental do trabalho físico comum e a avaliação de toda atividade aquisitiva racional como degradante. Segundo Weber, a resistência à atividade aquisitiva se justifica pela oposição direta do princípio estamental da ordem social contra a ordem econômica. O autor explica que quanto mais a honra estamental se sente ameaçada mais repudia as atividades aquisitivas puramente econômicas.

Desta maneira, Weber conclui que o efeito da diferenciação estamental é a obstrução do livre desenvolvimento do mercado e, conseqüentemente, da formação de classes, não com o propósito de diminuir os contrastes econômicos, pois muitas vezes os estamentos atuam em sentido contrário.

E, de forma a esclarecer seus conceitos de classe e estamento, o autor afirma:

“Poderíamos dizer, portanto, exagerando um pouco na simplificação: as classes diferenciam-se segundo as relações com a produção e aquisição de bens, os

estamentos, segundos princípios de seu consumo de bens, que se manifestam em conduções da vida específicas.” (Weber, 1999)

Para o autor, a estabilidade relativa dos fundamentos da aquisição e distribuição de bens favorece a diferenciação estamental, enquanto momentos de revolução técnico-econômica ameaçam-na e colocam a situação de classe em primeiro plano.

Classe e Habitus segundo Bourdieu

Neste trabalho, será privilegiada a abordagem do autor a respeito do conceito de classe e de habitus em *A Distinção – Crítica social do julgamento*, que pode ser considerada sua síntese teórica.

A perspectiva de classe para Pierre Bourdieu é multidimensional, tendo em vista que o autor entende o espaço social composto por diferentes tipos de campos com leis específicas. Em cada campo, os agentes ocupam posições diferentes conforme seu volume de capital específico, que pode ser capital econômico, capital social e capital cultural, compondo assim o volume global de capital. Desta maneira, para Bourdieu, a definição de classe a partir da variável renda é uma classificação que privilegia o capital econômico em detrimento dos outros tipos de capital.

Segundo o autor, a classe social não deve ser compreendida apenas pela sua posição nas relações de produção, mas também pelo seu habitus, que vem associado a esta posição. O habitus é, ao mesmo tempo, o princípio gerador de práticas classificáveis e o sistema de classificação de tais práticas, a forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe:

“Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida*.” (Bourdieu, 2006 – grifos do autor)

Em *A Distinção*, Bourdieu analisa as diferenças entre as classes e frações de classe a partir das *escolhas* de bens de consumo e das práticas

culturais dos agentes. Essas *escolhas* aparentemente objetivas são feitas a partir de disposições de um agente ou de uma classe de agentes por meio de seu habitus.

Para o autor, o habitus é uma relação objetiva entre duas objetividades que permite “estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável.” (Bourdieu, 2006)

Portanto, a noção de classe para Bourdieu implica tanto na existência da classe objetiva com suas propriedades objetivadas, assim como das propriedades incorporadas através do habitus.

O autor afirma se voltar para o conceito de habitus de classe “como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a ‘classe objetiva’, como um conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas e disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os habitus de classe – e, em particular, os sistemas classificatórios”. (Bourdieu, 2006)

Para Bourdieu, a análise das classes e suas práticas também deve considerar o campo determinado e suas leis específicas. Por isso, não é possível instaurar um princípio de explicação universal a partir de uma combinação particular de fatores eficientes em um campo particular de práticas:

“(…) sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo*; na prática, ou seja, em um campo em particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que têm cotação nesse mercado, sendo pertinentes e eficientes no jogo considerado, além de funcionarem, na relação com este campo, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas.” (Bourdieu, 2006 - grifos do autor)

O autor concebe o espaço social a partir de três dimensões que são definidas pelo volume e estrutura do capital e pela evolução dessas duas propriedades no tempo, que é manifestada pela trajetória passada e seu potencial no espaço social. O que distingue as grandes classes de condição de existência são as diferenças primárias que tem origem no volume global de capital, composto pelo capital econômico, capital social e capital cultural. Já as diferenças secundárias efetuam as distinções entre as frações de classe, que são definidas pela estrutura patrimonial, isto é, pelas diferentes formas através das quais o capital global se distribui entre as espécies de capital.

Bourdieu também trata das estratégias de reprodução e de reconversão do capital. As estratégias de reprodução são as “práticas através das quais indivíduos ou famílias tendem, de forma consciente ou inconsciente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe _ constituem um sistema que, sendo o produto do princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal.” (Bourdieu, 2006)

Como as estratégias de reprodução constituem um sistema, o autor explica que elas dependem tanto do estado dos instrumentos de reprodução (mercado de trabalho, costumes, sistema escolar), como do estado (volume e estrutura) do capital a ser produzido. Portanto, qualquer alteração em uma dessas relações acarreta em uma reestruturação das estratégias de reprodução:

“(...) a *reconversão* do capital detido sob uma espécie particular em uma outra espécie, mais acessível, mais rentável e/ou mais legítima, em determinado estado do sistema dos instrumentos de reprodução, tende a determinar uma transformação da estrutura patrimonial.” (Bourdieu, 2006)

O autor critica os estudos de mobilidade ao afirmar que há deslocamentos no espaço social que não configuram ascensão social, mas apenas transformações morfológicas das diferentes classes ou frações de classe.

De acordo com Bourdieu, o espaço social permite dois tipos de deslocamentos pelo fato de estar hierarquizado em duas dimensões: a do volume de capital global mais importante ao menos importante, e a da espécie de capital dominante à espécie de capital dominada. Os deslocamentos podem

ser verticais (ascendentes ou descendentes) se ocorrerem no mesmo campo. Esse tipo de deslocamento pressupõe uma modificação do volume da espécie de capital já predominante na estrutura patrimonial.

Também há os deslocamentos transversais que implicam na passagem de um campo para outro através de uma necessidade de reconversão de uma espécie ou subespécie de capital para outra. Esse tipo de deslocamento gera uma transformação da estrutura patrimonial como condição de salvaguarda do volume global do capital e da manutenção da posição na dimensão vertical do espaço social. O autor ressalta que os deslocamentos não têm qualquer equivalência e sua probabilidade de ocorrência é desigual.

Ao tratar das estratégias de reconversão de capital utilizadas pelos indivíduos para salvaguardar ou melhorar sua posição no espaço social, Bourdieu utiliza como exemplo as estratégias de aumento do capital escolar na França. No entanto, o autor afirma que o processo de concorrência, em relação não só a diplomas, mas a bens de consumo, gera apenas uma translação na estrutura e não uma verdadeira mudança:

“Segue-se que todos os grupos comprometidos na corrida, qualquer que seja a fila, só podem conservar sua posição, sua raridade e sua fila, com a condição de correrem para manter a distância em relação àqueles que os seguem imediatamente e, assim, com sua *diferença*, ameaçarem aqueles que os precedem; ou sob outro aspecto, com a condição de aspirarem a ter o que os grupos situados logo à frente detêm no mesmo instante e que eles próprios obterão embora em um *período ulterior*.” (Bourdieu, 2006)

O autor conceitua esse movimento como dialética da desclassificação e reclassificação e afirma que ela está presente em todos os processos sociais porque impõe a todos os grupos envolvidos os mesmos objetivos (propriedades), que são designados pelos que estão em primeiro lugar na corrida. Essas propriedades são, por definição, inacessíveis ao grupo seguinte, pois são em si mesmas e para elas próprias modificadas e qualificadas por sua raridade distintiva. Além do fato que elas deixariam de ser o que são se fossem multiplicadas e divulgadas, ou seja, caso se tornassem acessíveis aos grupos de condição inferior:

“(…) Assim, por um paradoxo aparente, a manutenção da ordem – ou seja, do conjunto das *distâncias*, diferenças, posições, precedências, prioridades,

exclusividades, distinções, *propriedades ordinais* e, por conseguinte, das *relações de ordem* que conferem a estrutura a determinada formação social – é garantida por uma mudança das propriedades substanciais (ou seja, não relacionais).” (Bourdieu, 2006)

Nesse sentido, para Bourdieu os fenômenos de mobilidade social são apenas pequenos ajustes que aparentam grandes mudanças na ordem estabelecida. A consequência desse processo é que a ordem estabelecida torna-se ordem temporal, uma ordem de sucessões em que cada grupo tem como passado o grupo imediatamente inferior e, como futuro, o grupo superior mais próximo. Por esse motivo, para o autor, os grupos em concorrência estão separados por diferenças que se situam, essencialmente, na ordem do tempo.

A classe como identidade

O conceito de classe emergiu no contexto da Modernidade com o processo de diferenciação social impulsionado pelo capitalismo. Entretanto, ao longo das últimas décadas, a classe situa-se somente como uma das identidades sociais possíveis, que vem perdendo prestígio perante as mudanças nos padrões de emprego e rotinas de trabalho em consequência das transformações do capitalismo.

Zygmunt Bauman argumenta que a identidade não se configurava entre as preocupações de autores como Weber ou Durkheim, porque ela apenas se tornou uma questão teórica quando sua fragilidade foi percebida, uma vez que “(...) você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma outra forma.” (Heidegger apud Bauman, 2005)

Com o objetivo de contextualizar a construção da noção de identidade, Bauman elucida que as comunidades - entidades que definiriam as identidades - são de dois tipos: de vida e de destino. Nas comunidades de vida, os membros “vivem juntos numa ligação absoluta”; já as comunidades de destino “são

fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios.” (Bauman, 2005) Segundo o autor, a questão da identidade surge apenas quando os indivíduos são expostos a comunidades de destino e quando há diversas idéias para evocar e manter essa comunidade unida.

“(…) Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. Em outras palavras, a idéia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.” (Bauman, 2005)

Neste sentido, Bauman indica que a questão da identidade é temporalmente circunscrita e recente, é fruto da Modernidade, da necessidade de unificação dos Estados Nacionais nascentes de criar uma ficção de identidade nacional para pessoas que até então não tinham a identidade como uma questão em sua forma de estar no mundo, pois não concebiam outra idéia senão *pertencer àquele lugar*. A essa época, as relações sociais se realizavam nos domínios da proximidade e restringiam-se à vizinhança dada a dificuldade de transportes e comunicação.

“(…) No interior dessa rede de familiaridade do berço ao túmulo, o lugar de cada pessoa era evidente demais para ser avaliado, que dirá negociado. Foram necessárias a lenta desintegração e a redução do poder aglutinador das vizinhanças, complementadas pela revolução dos transportes, para limpar a área, possibilitando o nascimento da identidade – como problema e, acima de tudo, como tarefa.” (Bauman, 2005)

O autor alerta para o fato de que a noção de identidade não é um ser-em-si, mas algo a ser inventado, uma construção. Bauman afirma que a identidade é uma condição precária e eternamente inconclusa, mas que sua fragilidade foi ocultada pelo Estado Nação devido a seu interesse em estabelecer uma identidade nacional que contribuísse para sua legitimidade e o estabelecimento de novos alicerces sociais que não os baseados na familiaridade. Portanto, para que a identidade nacional se efetivasse, os Estados tentavam inibir legalmente quaisquer identidades que colidissem com a lealdade nacional.

Contudo, a entrada na Modernidade colocou as classes no lugar dos estados pré-modernos quanto à definição da identidade, até então derivada pelo nascimento. Com esta mudança, os indivíduos passaram a ter que provar que tinham uma identidade determinada, que era pertencer a uma classe. Desta maneira, era necessário comprovar o pertencimento a uma classe através dos próprios atos durante toda a vida.

Bauman aponta que foi um ato de libertação os indivíduos adquirirem a tarefa de construir sua própria identidade, antes regimentada por costumes tradicionais e verdades inquestionáveis. Essa mudança fez com que os indivíduos ganhassem confiança em si mesmos, nos outros e na sociedade, permitindo-lhes fazer escolhas e assumir riscos.

No entanto, se antes a fragilidade da identidade era omitida pelo interesse do Estado Nação de fortalecer a identidade nacional, atualmente, com o enfraquecimento dos Estados, essas mesmas forças estão mais interessadas em construir uma identidade para os indivíduos separadamente, e não mais conjuntamente.

Neste novo contexto, o autor indica que a confiança adquirida pelos indivíduos pelo fato de terem passado a fazer suas próprias escolhas não teve bases tão sólidas quanto aquelas que a “*versão oficial*” insinuava.

“(…) O deslocamento das responsabilidades de escolha para os ombros dos indivíduos, a destruição dos sinalizadores e a remoção dos marcos históricos, rematadas pela crescente indiferença dos poderes superiores em relação à natureza das escolhas feitas e à sua visibilidade, foram duas tendências presentes desde o início no *desafio da auto-identificação*.” (Bauman, 2005)

Para Bauman, a principal força motora por trás dessas transformações é a mudança da modernidade sólida para o que ele chama de modernidade líquida - “a acelerada liquefação das estruturas e instituições sociais.” (Bauman, 2005) Em um ambiente fluido, que assim é chamado por não conseguir manter a forma por muito tempo e seguir mudando, não se acredita mais que a sociedade seja balizadora para as tentativas e erros dos indivíduos.

A partir dessas transformações, a identidade de classe foi enfraquecida perante o esfacelamento dos padrões de emprego e rotinas de trabalho decorrentes da desregulamentação, terceirização, internacionalização e flexibilidade das empresas, além do dismantelamento dos instrumentos de proteção e autodefesa dos trabalhadores. Perante este cenário “ter a expectativa de um condicionamento da ordem social conduzido pelo proletariado e de um expurgo dos males sociais por este inspirado significa forçar a imaginação de maneira insustentável.” (Bauman, 2005)

Destituídos das antigas âncoras sociais - Estado-Nação, família, Igreja, classe e gênero – e livres à concorrência, os indivíduos não mais procuram identidades definidas e duráveis, mas se lançam em busca de simulacros de comunidade em *comunidades* virtuais, na busca de substância às suas identidades pessoais agora fluidas.

Dessa forma, os indivíduos optam por flutuarem desimpedidos em um espaço social pouco definido, no *nem-um-nem-outro*, na busca de experiências ainda não vivenciadas. Apesar de esta situação ser produtora de ansiedade, Bauman aponta que, por outro lado, estar fixo dentro de infinitas possibilidades já não é algo atraente, pois “ser *identificado* de modo inflexível e sem alternativa é algo cada vez mais malvisto”. (Bauman, 2005) Neste sentido, torna-se valorizada a participação nas *comunidades guarda-roupa*, descritas por Bauman como situações de mobilização coletiva que tem previsão de término próximo, como um jogo de futebol ou uma sessão de um filme aguardado.

O consumo também tem se mostrado uma via que oferece muitas possibilidades de experimentação de identidades mediante pagamento. Bauman indica que a atual preocupação passou a ser qual das identidades disponíveis escolher e quanto tempo se apegar às identidades escolhidas provisoriamente:

“(…) “Se no passado a *arte da vida* consistia principalmente em encontrar os meios adequados para atingir determinados fins, agora se trata de testar um após o outro, todos os (infinitamente numerosos) fins que já se possui ou estão ao alcance. A construção da identidade assume a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não

sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que, provavelmente, lhe trará maior satisfação.” (Bauman, 2005)

Considerações Finais:

O debate sobre *nova classe média* remete às diferentes conceituações de classe na Teoria Sociológica e a sua pertinência como identidade social na atualidade. Neste texto, o objetivo foi observar os conceitos clássicos a respeito da classe e de que forma eles se articulam ou não com os processos de subjetivação dos atores sociais perante a noção de classe, perspectiva na qual se alinha a minha dissertação.

Para Marx, a classe remete a uma relação social com os meios de produção que varia conforme a posição ocupada no processo produtivo. Esta relação pode gerar interesses comuns, contudo a identidade de interesses no âmbito econômico não basta para constituir uma classe. É preciso que esses interesses comuns gerem uma comunidade política para que a classe realmente se constitua, para que exista uma consciência de classe.

No entanto, a consciência de classe não se institui de forma mecânica, ela pressupõe a existência do sujeito e de que esse sujeito se reconheça subjetivamente como pertencente à determinada classe. Contudo, Marx não explicita de que forma este interesse objetivo será subjetivado pelos indivíduos.

Neste sentido, incorporamos a crítica de Gayatri Spivak quanto à diferença entre interesse de classe e desejo dos agentes para que se percebam e atuem de acordo com a classe a que pertencam. Para a autora, Marx não tratou o sujeito como indivisível, de forma que interesse e desejo coincidissem. Spivak também observa que Marx tratou de forma descontínua os projetos de consciência de classe e de transformação da consciência. Assim, interesse de classe e desejo por uma consciência transformadora são fenômenos distintos, à medida que se considera a ideologia como mediadora para o desejo. Contudo, é preciso ressaltar que a noção de ideologia não oferece margem de ação para os indivíduos, uma vez que estes não teriam plena consciência de sua realidade.

Já a sociologia compreensiva de Weber privilegia o agente individual como a unidade capaz de produzir significado às suas ações. Portanto, o autor valoriza a subjetivação dos agentes, o sentido que estes conferem as suas ações.

Ao analisar a possibilidade de existir um interesse de classe unívoco que possa gerar uma ação de classe a partir de uma mesma situação de classe, Weber afirma que o interesse de classe é multívoco porque mesmo com igualdade na situação de classe e em todas as demais circunstâncias, o interesse de cada trabalhador será afetado por suas características individuais em relação ao seu trabalho.

A perspectiva de classe para Pierre Bourdieu é multidimensional e aborda o conceito não apenas pela posição do agente nas relações de produção, mas também pelo seu habitus, que vem associado a esta posição.

O autor também concebe o espaço social em campos com leis específicas de funcionamento de forma que a variável renda tem eficácia no campo econômico, mas não é o único fator explicativo para a condição de classe, tendo em vista que Bourdieu também considera o capital social e o capital cultural na análise do volume global de capital e sua estrutura patrimonial, que situam o indivíduo perante as classes e suas frações.

Assim, utilizando-se do conceito de campo e de habitus, Bourdieu traz a dimensão do capital cultural e do capital social em sua abordagem de classe ao propor a análise das práticas culturais e preferências de bens de consumo como formas de distinção social entre as classes e frações de classe.

Entretanto, Bourdieu não oferece possibilidades de análise quanto aos processos de subjetivação uma vez que condiciona a ação dos indivíduos a seu habitus.

Para a compreensão da nova classe média, também é preciso observar que a noção de classe se insere no mercado competitivo das identidades sociais, no qual ter uma identidade fixa é algo desvalorizado, como indicou Bauman. Dessa maneira, a classe passa a ser apenas uma dentre as identidades disponíveis para os indivíduos.

A partir desta revisão do conceito de classe, nota-se que a perspectiva weberiana é a única que se inscreve na proposição de compreender a nova

classe média sob o ponto de vista dos indivíduos e de como eles têm percebido este recente fenômeno de ascensão social no país. Assim sendo, prosseguirei minha pesquisa neste sentido buscando acrescentar outros referenciais teórico-metodológicos que possam auxiliar na condução do trabalho.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. Identidade : entrevista a Benedetto Vecchi. 2005, Rio de Janeiro : Zahar.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do Julgamento. 2006, 1ªed. São Paulo: Zouk

MARX, Karl. A estrutura de classes na Alemanha. In: Octavio Ianni (org.) Karl Marx: Sociologia.1996, 8ª ed. São Paulo: Ática

_____ O 18 Brumário de Luis Bonaparte. 1969. Rio de Janeiro: Paz e Terra

NERI, Marcelo Cortes (Coord). Os Emergentes dos emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira, 2011, Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?, 2010. Belo Horizonte: UFMG

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, volume I. 1987, 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva, vol.2 . 1999, Brasília: UNB.